

# *Notas Soltas sobre a História Regional e Local e o Património Cultural*

**Alexandre António da Costa Luís**  
aluis@ubi.pt  
Universidade da Beira Interior  
Centro de História da Sociedade e da Cultura da Universidade de Coimbra

## **ABSTRACT**

This article consists of several loose notes which, basically, are addressed to the exposure of a general assessment on the regional and local history, underlining that it should not be qualified as “minor story” and also reinforcing the idea that it plays an extreme relevant role regarding the inventory, study and preservation of the heritage, specially the cultural one. Moreover, in what concerns the heritage, the text emphasizes its dimension of nuclear increment and identity features characterization of the Portuguese memory wires, integrating, with no doubt, the list of the foundations of our sovereignty.

## **KEYWORDS**

History, Regional and Local History, Heritage, Identity, Sovereignty.

## **RESUMO**

O artigo é composto por várias notas soltas que se destinam, no essencial, a expor uma apreciação genérica sobre a história regional e local, sublinhando que esta última não deve ser qualificada de “história menor” e cimentando ainda a ideia de que lhe cabe um papel de avultada relevância no que concerne ao levantamento, estudo e preservação do património, mormente cultural. De resto, a respeito do património, o texto destaca a sua dimensão de fator nuclear de incremento e de caracterização dos traços identitários e dos fios da memória portuguesas, integrando, sem dúvida, a lista dos fundamentos da nossa soberania.

#### **PALAVRAS-CHAVE**

História, História Regional e Local, Património Cultural, Identidade, Soberania.

Ao longo do seu já apreciável percurso, a história tem apresentado várias aceções e sido classificada de distintas maneiras. Com efeito, no que concerne a este último aspeto, concretamente em relação às situações em que o juízo de valor privilegiou a forma, a exposição, a estética, a história foi, amiudadamente, encarada como “uma arte, uma forma literária ou uma narrativa” (Mendes 1987: 12). E se é certo que a escrita em história reflete, pelo menos em parte, um discurso pessoal, decorrente da interpretação de quem escreve (cf. Mattoso 1997), também não é menos verdade que, hoje em dia, muitos são aqueles que sustentam a ideia de que a história, enquanto pesquisa da realidade histórica, constitui uma ciência humana e social (cf. Mendes 1987), independentemente das vozes que consideram que a mesma reúne alguns traços peculiares. Assim, os conhecimentos científicos que tem gerado são, por norma, o resultado de uma construção do historiador, mormente do seu vincado labor de pesquisa (cartográfica, iconográfica, documental, bibliográfica...) e de rigor metodológico, de preferência sempre na busca de aproximações cada vez mais objetivas à realidade vivida pelos homens num tempo e espaço específicos. Nesse sentido, é de referir que a objetividade se constrói paulatinamente, resultando, em boa medida, de revisões incessantes em redor do trabalho histórico produzido, de sucessivas e laboriosas verificações.

Acrescente-se que ninguém ficará indiferente à função social exercida pela história, incidindo sobre vertentes que vão desde a formação da consciência e coesão nacionais à correspondente ação integradora geracional. Claro está que a história contribui decisivamente para o conhecimento e/ou o reconhecimento aprofundado da identidade pátria, entre outras dimensões, bem como para a colocação de freios aos extremos do nacionalismo, do bairrismo ou do mero desaparego. Em matéria de identidade lusíada, adite-se que os estudos levados a cabo por distintas mas complementares esferas do saber, onde figura necessariamente a história, têm chegado a conclusões algo contrastantes, emergindo Portugal como país plural/homogéneo, uno/diverso.

Pois bem, florescendo, como é sabido, vários tipos de história, isto é, histórias dentro da história, e ingressando progressivamente na temática central do presente artigo, não é difícil perceber que todo e qualquer programa traçado para uma monografia local ou regional possui certos limites. Realmente, conforme lembra Jorge Alarcão, “a variabilidade da história local [e regional] e a diversidade dos dados disponíveis não permite o estabelecimento de um plano rígido que, aliás, violentaria os interesses intelectuais de cada um” (Alarcão 1987: 53). Por outro lado, é uma evidência que a história de um país não se faz sem o auxílio daquela. Ou seja, executar um trabalho de história local e regional não é sinónimo de rejeitar o diálogo com a história geral (e vice-versa), antes pelo contrário. Em abono da verdade, deve aquele ser, dentro do possível e em função da pertinência da amostra, integrado na história global, contribuindo para o enriquecimento do fundo histórico. Claro que, no âmbito da história regional e local, se aprende a lidar com as condicionantes impostas pelo fator

geográfico e não se dispensa a prática de coordenadas-chave como, por exemplo, a delimitação espacial, a periodização, a interdisciplinaridade, a formulação de perguntas ao passado a partir de questões do presente e, conseqüentemente, a necessidade de saber “fazer falar” as fontes, cujo conceito é cada vez mais amplo, ou a averiguação do que é ou não essencial. No entanto, é realmente importante reconhecer que, ao se enveredar por uma determinada escala de observação, esta escolha acaba, forçosamente, por condicionar aquilo que será visto pelo historiador, podendo, contudo, o conhecimento produzido apresentar numerosas vantagens e possibilidades típicas da perspectiva micro e até pôr em dúvida certezas usualmente firmadas pela visão macro, digamos assim, mas sem deitar por terra a ocorrência de compatibilidades. Claramente, a redução de escala de análise, quer em termos geográficos quer temáticos, tem contribuído para o enriquecimento do saber histórico atual. Olhando atentamente para a história regional e local, fica evidente que a mesma permite a exploração de outros ângulos e dimensões de abordagem relativos aos atores, realidades e representações, chegando-se, não raramente, a conhecimentos virgens, uma vez que se descortinam novos contornos nos objetos estudados, incluindo a revelação de protagonistas anónimos da evolução histórica, a captação e reconstituição de vivências ou de uma variedade de experiências até aí invisíveis ou então pouco valoradas, tudo isto com óbvias repercussões na narrativa elaborada pelo historiador. De entre a lista de virtudes, não podemos olvidar que a história regional e local possibilita uma análise mais próxima e profunda de fenómenos circunscritos. Mas também neste género de história, que recusamos qualificar de “história menor”, de “pequena história” ou de “parente pobre”, devem existir cautelas especiais em relação aos excessos interpretativos praticados e que, por vezes, tendem a confundir simples indícios com provas efetivas. De qualquer modo, faz hoje todo o sentido aguardar da prática da variação de escalas, bem como da respetiva articulação, a recolha de importantes benefícios heurísticos, facilitando inclusivamente a compreensão do fenómeno crescente da globalização.

Perspetivando o caso luso, a pesquisa em história regional e local tem sido despertada em diversos momentos e variados contextos ao longo dos tempos, remontando, no mínimo, aos finais de Setecentos, “como se infere do processo legislativo referente à «demarcação» das províncias e de parte da produção historiográfica dos memorialistas da Academia das Ciências de Lisboa” (Torgal et al. 1996: 422). Em termos gerais, descortina-se facilmente que a aposta no mencionado tipo e campo de historiografia tem registado uma interessante expansão. Contudo, devemos precisar que este surto relativo à história regional e local não é exclusivo do espaço português, pois contempla outros países. Aliás, ressalta, com grande vulgaridade, que o progresso historiográfico se processa mais rapidamente no quadro das nações com pujante atividade científica noutros domínios do saber.

Regressando a Portugal, sem surpresa, as instituições académicas, as autarquias e os museus são largamente responsáveis pelo impulso e a difusão da história regional e local, sendo também digno de nota não só o salutar aumento da cifra de estudiosos envolvidos na citada área de estudo, mas também a abordagem de um número cada vez mais amplo e diversificado de temáticas, em cuja lista prosperam domínios complementares como a história económica e social, a história das mentalidades, dos costumes, a história política, a história militar,

o património cultural, o quotidiano, etc. Sublinhe-se igualmente, isto apesar da produção historiográfica portuguesa em apreço continuar a denotar certas carências em termos de reflexão teórica e metodológica, faltando-lhe, acima de tudo, um pendor mais sistemático, as opções que muitos investigadores, de modo particular aqueles que legitimamente qualificamos de profissionais, têm vindo a desenvolver aquando da feitura do seu trabalho, sobretudo as que traduzem o investimento na seleção e no uso de metodologias e ferramentas melhoradas e atualizadas pela dinâmica tecnológica em curso, algumas ainda recentes, é certo, mas já com créditos firmados, contribuindo, no fundo, para a gradual renovação da história. Neste particular, tocam-se, embora nem sempre com a profundidade mais desejável, em pontos essenciais como a história-problema, a sofisticação e redimensionamento da pesquisa, o trabalho intenso com as fontes, o exercício de comparar a documentação, o cruzar da informação ou a relação, liberta de hierarquias preconceituosas, entre as diversas escalas historiográficas (local, regional, nacional e inclusive internacional). A explicação para esta aperfeiçoada *performance* da história local e regional decorre, em boa medida, do facto de muitos dos estudos em causa terem sido ou serem elaborados no âmbito das diferentes provas de natureza académica, que vão desde o grau de licenciatura ao de mestrado, chegando também ao de doutoramento e mesmo pós-doutoramento, refletindo, por conseguinte, a exigência própria do meio universitário. Face a esta evolução operada no seio do género de história aqui descrito, não é difícil perceber o medrar da competição, por vezes tratando-se ainda de situações de forte rivalidade pessoal, entre historiadores profissionais e eruditos locais ou domésticos dotados de uma roupagem de amador e empirista. Diga-se que estes últimos tendem, na condução das suas investigações, a revelar um certo e nefasto desconhecimento de metodologias de referência ou mesmo básicas. Por outro lado, sem pretendermos, necessariamente, desvalorizar o esforço produzido por estes “historiadores locais”, até porque não estamos presos a impulsos corporativos, somos, todavia, obrigados a realçar que muitos, dispondo, portanto, da condição de amadores e de eruditos, reiterem-se, preferem “cultivar uma «história monumental» ou de «antiquário» do que uma «história crítica», para empregarmos a conhecida classificação de Nietzsche” (Torgal et al. 1996: 423). Na realidade, ao percorrermos este universo de estudiosos «indígenas», acharemos bastantes elementos que demonstram uma série de dificuldades em dominar os meandros da história explicativa e problematizante, da aplicação escrupulosa dos conceitos operatórios, da correta elaboração de hipóteses e/ou modelos, preferindo antes alimentar uma história de franco pendor narrativo e descritivo. No fundo, o que pretendemos frisar é que a história, nos seus diferentes tipos e áreas de estudo, não é propriamente uma tarefa de amadores. Seja como for, o verdadeiro historiador, dispondo, à partida, de uma eficiente e especializada formação universitária, deve reunir diversas competências e capacidades, as quais, diga-se, só a longo prazo e por meio de um labor aturado e rigoroso serão adequadamente aperfeiçoadas. Concretizando um pouco melhor, para além de deter competência técnico-científica e aptidão para manusear os conceitos operatórios, deve ainda apresentar espírito crítico, revelar abertura à interdisciplinaridade e/ou transdisciplinaridade, socorrendo-se, por exemplo, da geografia regional, da história rural, da arqueologia rural, da arqueologia industrial, do património local, da história da tradição oral (Nunes 1996: 74 e 77), possuir erudição e uma sólida cultura geral e histórica. cremos igualmente que o investigador da história local e regional deve tomar

consciência da sua posição perante o espaço que se propõe abordar. Por outras palavras, o seu trabalho, expressivamente voltado para a compreensão do percurso histórico e da identidade de uma dada comunidade/região, poderá sair assinalavelmente beneficiado caso participe do correspondente quotidiano, numa relação de crescente familiarização homem-meio. Claro está que o historiador, devidamente articulado com a comunidade/região, estará mais apto a definir soluções para alguns dos seus principais desafios, auxiliando-a na procura incessante da sua identidade e nos indispensáveis exercícios de descoberta e de preservação do respetivo património, assíduos fatores de integração, desenvolvimento e afirmação (Nunes 1996: 78).

Não muito anos atrás, Raquel Vilaça observava que o conceito de “património” atingiu uma “aceção ampla, mesmo vaga e difusa, e por isso não menos polémica”, “abrangendo também as «coisas menores» e até as imaterialidades” (Raquel 2000: 31). De facto, é especialmente importante salientar o abandono da visão mutilada do património cultural que florescia no tempo do Estado Novo e que encarava aquele como “sinónimo de «monumentos» (edifícios, objectos ou documentos), ou seja, de símbolos da grandeza nacional que cabia ao Estado preservar” (Nunes 1993: 5). Felizmente, a partir da Revolução de 25 de Abril de 1974, concretizou-se um salto qualitativo e quantitativo nesta matéria, visto que depressa se passou a sustentar que o “património cultural português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo” (Nunes 1993: 5). Aliás, acontecimentos como a integração de Portugal na hoje denominada União Europeia contribuíram não só para o amadurecimento dos estudos, mas também para o incremento de políticas afetas à defesa e valorização do património cultural, cujo conceito, como se disse, apresenta um nítido alargamento. De resto, temos vindo até a assistir a uma aposta cada vez mais declarada na articulação entre os vários domínios que compõem a realidade “património”, designadamente o natural e o cultural.

Anotemos que “o património, em todas as suas dimensões, entrou na linguagem dos políticos, homens de cultura e cidadãos comuns” (Pereira 2010: 1). De mais a mais, “estar atento ao Património cultural e à sua força constitui um modo de combater o esquecimento e a indiferença”, recorda, com determinação, Guilherme d’Oliveira Martins (Martins 2009: 47). Nesse sentido, o investigador dedicado à história regional e local não pode, de modo algum, depreciar o valioso papel que lhe cabe assumir no âmbito da concretização de um levantamento e de um estudo, que se desejam, tanto quanto possível, exaustivos, do património ligado ao espaço que aborda, tendo ainda presente que o património de uma povoação, freguesia ou concelho, por exemplo, está longe de se limitar aos seus monumentos (Alarcão 1987: 25).

Ora, Portugal, municiado de uma experiência vivencial já multissecular, reúne um legado histórico, cultural e patrimonial rico e diversificado, constituindo a sua análise mas também a sua salvaguarda imperativos inalienáveis para a correta afirmação da comunidade lusa, na medida em que estamos na presença de uma herança que contribui decisivamente para o incremento e a caracterização dos nossos traços identitários e fios da memória, seja à escala local, regional ou nacional. Sobretudo em relação

*“a esta última dimensão espacial, torna-se hoje cada vez mais evidente que o conhecimento do respectivo património, verdadeiro elo de ligação entre o passado e o futuro, passando naturalmente pelo presente, vingando, no fundo, como valioso veículo de transmissão, conservação e reprodução da memória e operando como factor essencial do entendimento e potenciação da nossa especificidade colectiva, acaba por constituir um claro sustentáculo da soberania portuguesa, da sua legitimação existencial e preparação dos tempos vindouros”*

(Luís e Luís 2010: 211-212).

Dito de outro modo, a articulação regular entre o património, a história, a identidade e a sobrevivência nacional não pode, naturalmente, ser menosprezada e, por conseguinte, votada ao desleixo, visto que os contornos da personalidade cultural portuguesa são, embora não exclusivamente, gravados e publicitados pelos valores patrimoniais (Saraiva 1996: 75 e ss.). Com efeito, se a aniquilação do património for bastante volumosa pode, num futuro mais ou menos longínquo, contribuir para a perigosa dissolução da matriz histórica do povo luso e respetiva consciência nacional, uma vez que favorece a emergência de crises de amnésia que afetam o grau de agregação interna. Assim, não só o país fica mais pobre, como o processo de fomento da sua individualidade perde força.

Em síntese, de mais a mais numa era fortemente influenciada pelo fenómeno da globalização e, conseqüentemente, pela tendência de derrubamento de inúmeras e variadas fronteiras, as sociedades contemporâneas, onde figura a nossa, não podem deixar de investir uma parte assinalável dos seus “recursos na conservação e divulgação do património, pois ele tornou-se fundamental na definição da identidade de uma determinada comunidade” (Magalhães 2005: 22), isto é, no zelo posto em torno da sua defesa e consistência. Como se percebe, os traços identitários de um povo encontram-se inscritos na sua cultura e o singular património reunido ao largo da sua existência ajuda a definir a personalidade de uma coletividade, estado ou nação (Campillo Garrigós 1998: 23).

No entanto, qualquer pretensão de salvar a globalidade dos bens produzidos ou simplesmente inventariados acabará por se revelar um objetivo claramente utópico, fruto de circunstâncias como a insuficiência de meios existentes. Importa, assim, mover todo um apurado e criterioso trabalho de seleção, segundo determinados critérios (o histórico, o da originalidade, o tecnológico, o funcional e o estético), das criações humanas a preservar. Claro está que o património cultural não deve ser apenas perspetivado segundo uma conceção elitista ou erudita, pois este caminho acabaria por discriminar e até por omitir o apreciável legado de índole popular.

Por outro lado, urge igualmente reter que determinados bens culturais, pela sua natureza, estrutura ou localização, estão em condições de serem positivamente utilizados como ferramenta económica ativa ao serviço do bem-estar das populações e, porventura, da anulação ou, no mínimo, minoração de certas assimetrias regionais (cf. Greffe 1990). Precisamente, servindo aqui de inspiração, “a Guarda e a sua região, bem como as regiões vizinhas [como a Cova da Beira], são potenciais elevadíssimos de património cultural. Este pode ser um factor de desenvolvimento económico e social, ao mesmo tempo que se transforma uma

matéria-prima, em estado de abandono e degradação, em recurso do presente e do futuro” (Gaspar 2007: 161; Sequeira d.l. 1986: 95-97).

No fundo, sendo Portugal um país que tradicionalmente acolhe um número significativo de turistas, os quais contactam e perspetivam a nossa realidade de múltiplas formas, compreende-se a aposta na diversificação da oferta, viabilizando uma série de possibilidades e recursos que se colocam ao dispor destes extensos contingentes de visitantes. Deste modo, há que louvar a estratégia do turismo cultural que várias entidades públicas ou privadas cuidam energeticamente de incentivar, entre outras razões por constituir um excelente meio de angariação de riqueza para a nação e, conseqüentemente, de elevação do nível de vida dos cidadãos. Sem dúvida, nos últimos anos, esta modalidade turística tem vindo a afirmar-se cada vez mais no panorama interno, formando, incontestavelmente, uma alternativa viável ao turismo convencional de praia, dinamizando áreas como o Interior de Portugal, desprovido da beleza do mar.

Devemos também assimilar a noção de que a manutenção/transmissão dos bens culturais deve ser encarada como um dos pilares do processo de humanização do homem. Mais ainda: a erosão ou destruição de células do património de relevância capital produz necessariamente um calamitoso efeito de depauperamento do tesouro patrimonial de todas as raças do orbe terráqueo. Por isso mesmo, a proteção de tamanho conjunto requer, crescentemente, o concurso da ciência e da internacionalização do movimento, sem que isso signifique qualquer atitude de menosprezo para com o precioso auxílio fornecido pela história regional e local em domínios como a inventariação, conservação, renovação, reabilitação, restauro e reconversão patrimonial. Ao certo, desde o ano de 1972, o programa Património Mundial, apoiado pela UNESCO, já classificou inúmeros locais e continua a defender os bens culturais, naturais e mistos de excepcional valor universal (Cruz 1999: 63-69). Em suma, tem ajudado a firmar a globalização da importância do património para o futuro das comunidades humanas, que se pretende próspero e harmonioso.

#### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alarcão, Jorge de (1987). *Introdução ao Estudo da História e do Património Locais*. Coimbra: Instituto de Arqueologia da Faculdade de Letras de Coimbra.
- Campillo Garrigós, Rosa (1998). *La Gestión y El Gestor del Patrimonio Cultural*. Murcia: Editorial KR.
- Cruz, Liberto (1999). A Integração da Cultura e da Natureza na Convenção do Património Mundial. O Novo Conceito de Paisagem Cultural. In *O Verde*. N.º especial, *Patrimónios, Natural e Cultural. De um Olhar Comum a uma Intervenção Integrada*: 63-69.
- Gaspar, José A. Quelhas (2007). Guarda – Uma Cidade Histórica: Património e Turismo. In *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*. 21: 153-165.
- Greffe, Xavier (1990). *La Valeur Économique du Patrimoine: la Demande et l'Offre de Monuments*. Paris: Anthropos.

- Henriques, Pedro Castro (1999). Perspectivas na Gestão de Áreas Protegidas em Portugal. O Natural e o Cultural. In *O Verde*. N.º especial, *Patrimónios, Natural e Cultural. De um Olhar Comum a uma Intervenção Integrada*: 39-51.
- Luís, Alexandre António da Costa, Luís, Carla Sofia Gomes Xavier (2010). Património Cultural, Língua Portuguesa e Relações Internacionais. In *Praça Velha. Revista Cultural da Cidade da Guarda*. 28: 209-224.
- Magalhães, Fernando (2005). *Museus Património e Identidade. Ritualidade, Educação, Conservação, Pesquisa, Exposição*. Porto: Profedições, Lda./Jornal a Página.
- Martins, Guilherme d'Oliveira (2009). *Património, Herança e Memória. A Cultura como Criação*. Lisboa: Gradiva.
- Mattoso, José (1997). *A Escrita da História – Teoria e Métodos*. Lisboa: Editorial Estampa.
- Mendes, José M. Amado (1987). *A História como Ciência. Fontes, Metodologia e Teorização*. Coimbra: Coimbra Editora.
- Nunes, Graça Maria Soares (1996). A História Regional e Local – Contributos Para o Estudo das Identidades Locais. In *Cadernos de Sociomuseologia*. 8: 71-81.
- Nunes, João Paulo Avelãs (1993). Património Cultural o que é?. In *Vértice*. 54: 5-7.
- Pereira, António dos Santos (2010). Património Rural, Ambiente e Educação. In *UBILETRAS. Revista Online do Departamento de Letras da Universidade da Beira Interior*: 1-18.
- Saraiva, António José (1996). *A Cultura em Portugal. Teoria e História*, vol. I, *Introdução Geral à Cultura Portuguesa*. 2.ª ed.. Lisboa: Gradiva.
- Sequeira, Helder (d.l. 1986). Património do Distrito da Guarda: uma Realidade a Preservar e a Defender. In *Jornadas da Beira Interior*. Vol. I. Fundão: Edição do Jornal do Fundão: 95-97.
- Torgal, Luís Reis, Mendes, José Amado, Catroga, Fernando (1996). *História da História em Portugal (Sécs. XIX-XX)*. Lisboa: Círculo de Leitores.
- Vilaça, Raquel (2000). Notas Soltas sobre o Património Arqueológico do Bronze Final da Beira Interior. In *Beira Interior - História e Património. Actas das I Jornadas de Património da Beira Interior*. Guarda: 31-49.